

Referência Interna:

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusulas Gerais.....	3
Objeto.....	3
Contrato	3
Vigência do Contrato	4
Prestação do Serviço.....	Erro! Marcador não definido.
Preço Base	4
Condições de Pagamento	5
Preço Contratual	6
Preço Anormalmente Baixo	7
Condições da Prestação do Serviço	7
Obrigações do prestador do serviço	8
Conformidade e garantia técnica.....	9
Obrigações do Contraente Público.....	9
Penalidades Contratuais	10
Força Maior.....	11
Resolução por parte do Contraente Público	12
Resolução por parte do Prestador do Serviço	12
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	13
Dever de Sigilo	13
Patentes, Licenças e Marcas Registadas.....	13
Caução	14
Foro Competente.....	14
Legislação Aplicável	14
Comunicação e Notificação	14
Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação.....	14
Contagem de Prazos.....	15
Gestor do Contrato.....	15

Cláusulas Gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de **Fornecimento de Energia Elétrica, ao Abrigo do Acordo Quadro Celebrado Municipia, S.A. nº AQ/35/2020** de acordo com as clausulas e anexos do presente cadernos de encargos.

a) Trabalhos a Realizar: Fornecimento Contínuo de Energia – Média Tensão, Energia – Baixa Tensão Especial e Fornecimento Contínuo de Energia – Baixa Tensão Normal - conforme mapa em anexo.

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O Presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Em casos de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º do referido diploma legal.

Cláusula 3ª
Vigência do Contrato

1. O Contrato entra em vigor a após a sua assinatura e vigorará até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro.
2. Findo o prazo de duração do contrato e não sendo esgotadas as quantidades nele previsto, nem atingido o preço contratual, não é conferido ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização, seja a que título for.

Cláusula 4ª
Local do Fornecimento dos Bens

1. O Fornecimento a prestar no âmbito deste contrato será efetuado no município de Porto de Mós e nos locais indicados no Anexo ao presente caderno de encargos;
2. Poderão ser incluídos novos locais de fornecimento;

Cláusula 5ª
Preço Base

1. O preço base total é de **2.010.000,00€ (dois milhões e dez mil euros)** sendo este o valor máximo que o Município de Porto de Mós se dispõe a pagar pela prestação do serviço, não podendo a proposta ultrapassar este montante, IVA incluído;
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto de Mós pagará ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA incluído;
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como, quaisquer encargos decorrentes de marcas registadas, patentes ou licenças e decorrentes do fornecimento dos bens.
4. O valor do Preço Base inclui o valor estimado com todas as taxas a fatura pela empresa neste tipo de fornecimento/faturação, de acordo com a legislação em vigor;

Cláusula 6ª
Condições de Pagamento

1. A faturação deve ser efetuada mensalmente em função das quantidades inerentes aos fornecimentos efetuados e os pagamentos serão efetuados contra a apresentação de faturas ou documentos contabilísticos similares nos serviços de Contabilidade da Câmara Municipal de Porto de Mós, desde que os mesmos cumpram todos os requisitos legais preceituados no CIVA e que os valores faturados correspondam à execução do objeto do contrato. A faturação deve ser efetuada de forma detalhada, devendo todas as faturas ser remetidas para plataforma eletrónica a indicar pela autarquia após a celebração do contrato. Toda a faturação é obrigatoriamente acompanhada de relação valorizada.
2. A(s) quantia(s) devidas pelo contraente público, nos termos do n.º 1, deve(m) ser paga(s) no prazo de máximo de 60 dias contados da data da receção no Município de Porto de Mós das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Porto de M, quanto aos valores indicados nas faturas ou relação valorizada das faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento corrigido, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento estabelecido no n.º 2, a partir da data da receção da resposta na autarquia.
4. Os pagamentos serão efetuados com a apresentação pelo cocontratante à entidade adjudicante das declarações de situação do cocontratante face a contribuições para a Segurança Social e impostos devidos ao Estado Português, devidamente atualizadas.
5. O cocontratante pode dar consentimento de consulta das declarações de situação contributiva para com a segurança social e impostos devidos ao Estado Português ao contraente público.
6. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária, devendo ser indicado correio eletrónico para efeitos de comunicação dos pagamentos e /ou transferências efetuadas.
7. No caso de pagamentos por transferência bancária deve ser remetido documento emitido por entidade bancária ou extraído do sistema de

informação da entidade bancária do cocontratante que ateste a titularidade da conta bancária.

Cláusula 7ª
Preço Contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, o Município de Porto de Mós pagará ao prestador do serviço o preço constante da proposta adjudicada, + IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base.
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto de Mós pagará ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço relativo às parcelas constantes na sua proposta, em função do consumo efetivamente verificado, relativas às Componentes de Energia Ativa Específicas do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado no Anexo do Caderno de Encargos.
4. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas da Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso, nomeadamente:
 - a) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;
 - b) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;
 - c) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio;
 - d) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Super-Vazio;
 - e) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
 - f) Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta.
 - g) Outras componentes fixadas pela ERSE.

5. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente:
 - a) Energia Reativa Consumida;
 - b) Energia Reativa Fornecida;
 - c) Outras Taxas Legalmente Obrigatórias
6. Os preços constantes da proposta não são revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas nos números 2 e 3, de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar no ano civil, caso sejam alteradas durante a vigência do contrato.
7. Para efeitos do apuramento de uma estimativa do valor do contrato, para o fornecimento, são contabilizados os preços da componente de energia ativa constantes da proposta, acrescidos das componentes definidas no n.º 5 da presente cláusula.
8. Os preços unitários relativos às componentes de energia ativa descritas no anexo deste caderno de encargos não são passíveis de revisão de preços, seja a que título for mantendo-se inalterados durante todo o período de vigência do contrato.

Cláusula 8.ª

Preço Anormalmente Baixo

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 40% do preço base.

Cláusula 9ª

Condições da Prestação do Serviço

O fornecimento dos bens só será efetuado após a data da adjudicação e em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam.

Cláusula 10ª
Obrigações do fornecedor

1. Obrigações principais do prestador do serviço:

1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar o contrato de acordo com o estabelecido no caderno de encargos;
- b) Obrigação do fornecimento de energia elétrica nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- c) Obrigação de disponibilização dos registos de leituras de contagem de Energia Elétrica à Entidade Adjudicante;
- d) Obrigação da contagem de Energia Elétrica ser efetuada de acordo com os ciclos contratados;
- e) Obrigação de executar o contrato, nas condições de prazo e preço contratualizados;
- f) Obrigação de executar o contrato, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- g) Obrigação de prestar as informações que forem solicitadas pelos serviços municipais;
- h) Obrigação de assumir plena responsabilidade pelo fornecimento objeto do contrato, sendo o único responsável perante o Município da Marinha Grande;
- i) Obrigação de garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido na execução do contrato venha a ter acesso;
- j) Obrigação de responder por todos os atos de quaisquer pessoas que no âmbito do contrato para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que pelo Município possa ser exigida a essas mesmas pessoas.

1.2. Entregar documentos solicitados no procedimento;

1.3. A título acessório, o prestador do serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam

necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

- 1.4. Comunicar antecipadamente, assim que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do contrato, ou do cumprimento das obrigações nos termos definidos no contrato.
- 1.5. Garantir o cumprimento integral da proposta de prestação de serviços apresentada e garantir o acesso a todos os pontos inscritos no n.º 2 da cláusula primeira do presente caderno de encargos.

Cláusula 11ª

Conformidade e garantia técnica

1. O Serviço objeto do contrato deve ser prestado em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destinam.
2. O prestador do serviço é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato que exista no momento em que o serviço for prestado.

Cláusula 12ª

Obrigações do Contraente Público

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, principais e acessórias, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, as despesas de transporte para o local de entrega, de instalação, de assistência, de atendimento, de apoio e de verificação da conformidade do serviço, documentos e demais prestações contratuais com as características, especificações, requisitos, exigências e

obrigações técnicas, legais e contratuais definidos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou por conta de direitos de propriedade intelectual.

3. Fiscalizar o cumprimento dos deveres do fornecedor, solicitando todos os dados que considere necessário para o efeito.
4. Emitir um auto de receção quando não detetadas inconformidades nas características dos produtos a fornecer;

Cláusula 13ª

Penalidades Contratuais

1. No caso de incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente as estabelecidas no presente caderno de encargos o Município de Porto de Mós pode exigir ao Fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do serviço objeto do contrato, será exigido ao Fornecedor o pagamento, a título de sanção pecuniária de uma multa diária, no montante de 1% do valor do fornecimento dos bens por cada dia de atraso contratual;
 - b) O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Porto de Mós decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado a 30% do preço contratual de acordo com definido no artigo 329º do CCP;
 - c) Para efeitos de incumprimento do contrato, a gravidade e a graduação das sanções contratuais será aferida de acordo com os seguintes critérios: a duração da infração, o grau de culpa do Fornecedor, a existência de prática reiterada e as consequências objetivas do incumprimento, cuja graduação será considerada por ordem crescente dos seguintes factos:
 - 1º Atrasos no fornecimento;
 - 2º Não fornecimento;
 - 3º Fornecimento defeituoso;

- d) As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que Município de Porto de Mós exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador do serviço, nem havida como incumprimento, o não cumprimento pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva prestação do serviço mas que sejam alheias à vontade da parte afetada, que o prestador do serviço não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constitui motivos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem motivos de força maior:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador do serviço na parte que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador do serviço ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador do serviço de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devido ao incumprimento pelo prestador do serviço das normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador do serviço, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador do serviço sem ser por motivo de sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação;
5. Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constituía força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos;
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;
7. Sem prejuízo do disposto do n.º 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou se 1 (um) no caso do prestador do serviço, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução do contrato, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330º do CCP.

Cláusula 15ª

Resolução por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, o Município de Porto de Mós pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente:
 - a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais de acordo com as especificações técnicas;
 - b) O fornecimento dos bens objeto do contrato superior a 3 dias ou declaração escrita do Fornecedor de que o atraso excederá esse prazo;
 - c) Pela violação, de forma grave ou reiterada, de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 16ª

Resolução por parte do Prestador do Serviço

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador do serviço pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 17ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

O prestador do serviço não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, de acordo com o previsto no artigo 316.º do CCP.

Cláusula 18ª

Dever de Sigilo

1. O prestador do serviço deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa às instalações elétricas da Câmara Municipal de Porto de Mós, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Excluir-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador do serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 19ª.

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do prestador do serviço quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento dos bens, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças;
2. Caso o contraente público venha a ser demandado, por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador do serviço indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 20ª

Caução

É exigida caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 21ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissivo observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Cláusula 23ª

Comunicação e Notificação

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificadas no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte;
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469º do CCP.

Cláusula 24ª

Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação

1. Em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, a decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do CCP.

2. Juntamente com a notificação de decisão de adjudicação, o prestador do serviço obriga-se a entregar toda a documentação necessária à adjudicação, no prazo de 5 dias após a adjudicação, em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração do Anexo II, alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do CCP;
- b) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (Declarações de não Dívida à Segurança Social e Finanças e Registos Criminais.
- c) Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
- d) Certificado PME (se aplicável);

Cláusula 25ª
Contagem de Prazos

A contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

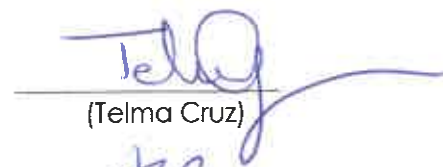
Cláusula 27ª
Gestor do Contrato


Nos termos do artigo 290º-A do CCP é designado gestor do contrato para este procedimento Nuno Miguel Moleiro Oliveira, a desempenhar funções de Coordenador Municipal da Proteção Civil da Câmara Municipal de Porto de Mós, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

O Executivo Municipal


(Jorge Vala)

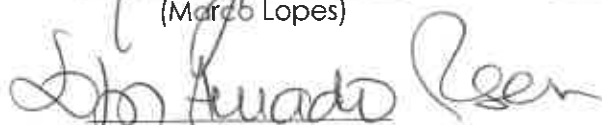

(Eduardo Amaral)


(Telma Cruz)


(Marco Lopes)


(Rui Marto)


(Paulo Nobre)


(Sofia Amado)

PARTE II
Cláusulas Técnicas
Cláusula 1.ª
Objeto

1. O Município de Porto de Mós pretende adquirir energia elétrica para as suas instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN).
2. O fornecimento de energia elétrica objeto do presente concurso deve respeitar e atender à Legislação em vigor em Portugal nesta matéria, nomeadamente o Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico, aprovado pelo Regulamento n.º 496/2011 da ERSE, publicado no Diário da República, II.ª Série n.º 159, de 19 de agosto de 2011, com as alterações introduzidas, e também, quando aplicável, o disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental, publicado pela ERSE.
3. As quantidades objeto do presente procedimento, são as constantes no Anexo, e foram obtidas com base nas instalações constantes no referido Anexo, e respetivos consumos registados em período homólogo no ano 2021.
4. A lista referida no número anterior foi elaborada para representar os consumos da entidade adjudicante durante um ano, no entanto, deverá ser considerada apenas como informativa e nunca poderá ser considerada como vinculativa na elaboração da proposta, uma vez que poderá sofrer alteração até à data da celebração do contrato.
5. A entidade adjudicante poderá no decorrer do contrato adicionar ou retirar instalações, desde que não seja ultrapassado o valor contratual.

Cláusula 2.ª
Condições de Fornecimento

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) A obrigação do fornecimento de energia elétrica nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;

- b) Obrigação de disponibilização dos registos de leituras de contagem de Energia Elétrica à Entidade Adjudicante;
- c) A contagem de Energia Elétrica é efetuada de acordo com a potência contratada, tarifa e ciclo horário, estabelecido nas Especificações Técnicas.

Cláusula 3.ª
Elementos da Fatura

1. Sem prejuízo de outras obrigações no quadro legislativo e regulamentar, o conteúdo da fatura, emitida em formato papel e digital, deverá incluir obrigatoriamente a seguinte informação:
 - a) Dados do titular do contrato: nome, morada e identificação fiscal;
 - b) Número de contrato;
 - c) Código ponto de entrega (CPE);
 - d) Morada do local da instalação;
 - e) Data de início e data de fim do período da fatura;
 - f) Potência contratada;
 - g) Tarifa do contrato;
 - h) Ciclo horário;
 - i) Consumos em kWh, em horas de cheias, pontas e vazio;
 - j) Data e contagens das duas últimas leituras;
 - k) Número e data de emissão da fatura;
 - l) Impostos, taxas e contribuições;
 - m) Tipo de leitura: real ou estimada;
 - n) Número de compromisso;
 - o) Identificação do gestor do contrato e respetivos contratos;
 - p) Valores a pagar em euros.
2. As faturas deverão ser acompanhadas, obrigatoriamente, de relação valorizada, organizada pelos seguintes tipos de fornecimento de energia:
 - Media tensão (MT);
 - Baixa tensão especial (BTE).

- Baixa tensão especial (BTN).

Cláusula 4.ª
Disponibilização de Informação Digital

1. O adjudicatário deverá disponibilizar mensalmente a informação dos consumos por instalação num ficheiro digital, em formato tabela devidamente documentado e estruturado de acordo com o Anexo C de forma a permitir a sua leitura e manipulação automática por parte da entidade adjudicante sem a necessidade de incorrer em custos adicionais de licenciamento, aquisição de software, hardware ou outros.
2. Poderá o adjudicatário propor alternativa à estrutura do ficheiro, mediante acordo entre as partes.
3. O adjudicatário deverá ainda disponibilizar plataforma digital online que permita no mínimo:
 - Criar grupo de instalações (MT, BTE, BTN), com filtros por potência, ciclo, tarifa, entre outros;
 - Consultar histórico dos consumos em kWh por instalação ou por grupo;
 - Consultar faturas já emitidas;